

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima-Quarta Sessão Ordinária
07 - 08 de Fevereiro de 2019
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/1111 (XXXIV)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO DE MINISTROS
DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DA UA PARA O COMÉRCIO,
INDÚSTRIA E RECURSOS MINERAIS (CTE-CIRM)
08 - 12 de Janeiro de 2019

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

**SEGUNDA REUNIÃO DE MINISTROS
DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DA UA
PARA O COMÉRCIO, INDÚSTRIA E RECURSOS MINERAIS (CTE-
CIRM)**

11 - 12 de Janeiro de 2019

Sede da CUA

Adis Abeba, Etiópia

**Doc: AU/DTI/STC-TIM/MIN/Final/Rpt.
Original: Inglês**

**Tema: “ Rumo à Entrada em Vigor do Acordo que Cria a Zona de Comércio
Livre Continental Africana e a sua Aplicação ”**

RELATÓRIO FINAL DA REUNIÃO DE MINISTROS

**RELATÓRIO FINAL DA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÉ TÉCNICO
ESPECIALIZADO PARA O COMÉRCIO, INDÚSTRIA E RECURSOS MINERAIS
(CTE-CIRM)**

**SESSÃO MINISTERIAL, 11-12 DE JANEIRO DE 2019
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

INTRODUÇÃO

1. A Segunda Reunião do Comité Técnico Especializado da União Africana para o Comércio, Indústria e Recursos Minerais ao nível dos Ministros, foi realizada de 11 a 12 de Janeiro de 2019, na Sede da União Africana em Adis Abeba, República Federal Democrática da Etiópia. A reunião teve por objectivo analisar os projectos de estratégias continentais que incluíram Produtos de Base, Pequenas e Médias Empresas e Estratégias de Facilitação do Comércio, bem como tomar nota de vários relatórios técnicos e apresentações nos domínios de Comércio, Alfândegas, Indústria e Recursos Minerais, que são fulcrais para a Zona de Comércio Livre Continental Africana.

PARTICIPAÇÃO

2. A reunião contou com a participação dos seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Costa do Marfim, Congo, República Democrática do Congo, Egipto, Eswatini, Guiné Equatorial, Etiópia, Gâmbia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, República Unida da Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Participaram igualmente as seguintes Comunidades Económicas Regionais e organizações parceiras: AMU, COMESA, CAO, CEEAC, CEDEAO, AFREXIMBANK, AECDI, UNECA e ONUDI.

4. O Presidente do Subcomité da União Africana dos Directores-gerais das Alfândegas participou igualmente na reunião. A lista de participantes consta como **ANEXO 1**.

DELIBERAÇÕES

PONTO 1 DA AGENDA: ABERTURA DA REUNIÃO

Discurso proferido por Sua Excelência a Dr.^a Vera Songwe, Secretária Executiva da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)

5. No seu discurso de abertura, a Secretária Executiva, Dr.^a Vera Songwe, observou a centralidade do tema do CTE-CIRM, especialmente no que tange ao ímpeto para a assinatura e ratificação do Acordo que cria a ZCLCA. Tomou nota dos desafios com que se deparam o sistema de comércio multilateral e a dinâmica mundial. A Sra. Songwe referiu que África tem uma visão clara para criar o seu próprio mercado e

impedir a fragmentação do mercado interno através da ZCLCA. Pesquisas da CEA apontam que, mediante remoção de tarifas, o comércio interno de África pode crescer em mais de 50%. Este comércio intra-africano pode ultrapassar o dobro se for com a remoção de Barreiras Não Tarifárias. Felicitou os 15 países que ratificaram o Acordo da ZCLCA, e exprimiu a sua confiança nos Estados-membros da UA por terem atingido as 22 assinaturas necessárias, que conduzirão à entrada em vigor da ZCLCA em meados de 2019.

6. A Dr.^a Songwe observou a importância da economia digital para implementação com êxito da ZCLCA. Actualmente, a economia digital representa 11,5 triliões de US\$. Em África, o comércio digital cresce rapidamente e tem o potencial de criar empregos para a juventude e mulheres. A Sra. Songwe revelou que mais de 500 milhões de pessoas em África não têm uma identificação, e para o efeito, não podem beneficiar significativamente da ZCLCA, entre outras desvantagens. Por conseguinte, há necessidade de promover a inclusão e a inovação com vista a utilização eficaz dos recursos. Para resolver este desafio, instou os Estados-membros da União Africana a adoptar a Identificação Digital. Exortou os Estados-membros a aprovar o Quadro para o Desenvolvimento da Identificação Digital, a ser subseqüentemente adoptado pelo Conselho Executivo e a Cimeira. Informou ao CTE que a UNECA está em vias de estabelecer um Centro de Excelência sobre Identidade Digital.

Discurso proferido pelo Sr. Amr Kamel, Vice-presidente Executivo do Afreximbank

7. O Vice-presidente Executivo do Afreximbank, o Sr. Amr Kamel, apresentou os cumprimentos do Presidente do Banco, o Professor Benedict Oramah. Agradeceu à CUA por ter convidado o Afreximbank a participar na Reunião. O Vice-Presidente Kamel felicitou a União Africana pelas realizações atinentes à ZCLCA e a Feira Comercial Intra-Africana de 2018. Indicou que a ZCLCA oferece um novo impulso para o Plano de Acção de Lagos e tem a chave para a diversificação do continente e a melhoria das cadeias de fornecimento do continente.

8. Informou à reunião que o AFREXIMBANK está a desenvolver uma estratégia sobre PME, visando apoiar a Estratégia da União Africana sobre PME recentemente adoptada. Ressaltou que o Afreximbank é um parceiro nacional para o desenvolvimento e eventual aplicação da ZCLCA. O Banco tenciona desembolsar 25 mil milhões de US\$ para os países africanos, como financiamento do comércio e investimentos. Para apoiar a aplicação de vários instrumentos da União Africana, o Sr. Kamel afirmou que o Banco está a desenvolver vários Ecossistemas Digitais designados a triplicar o comércio de África, tais como a Plataforma Pan-Africana de Sistemas de Pagamento, o Portal de Informação Comercial, a Plataforma de Regulamentação e a Plataforma Online de Atendimento ao Cliente.

9. Concluiu, ressaltando, que, o Afreximbank está a desenvolver um Mecanismo de Ajustamento da ZCLCA para auxiliar no que reza os ajustamentos fiscais nos Estados-membros afectados, a fim de assegurar que todos os Estados-membros da UA participem na ZCLCA. O Sr. Kamel concluiu o seu discurso enfatizando que a Agenda 2063 é uma visão comum da União Africana e do Afreximbank.

Discurso do Dr. Victor Djemba, Director de África da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

10. O Sr. Victor Djemba, Chefe da Divisão de África, falou em nome do Director-geral da ONUDI. Iniciou o seu discurso agradecendo o Departamento de Comércio e Indústria da Comissão da União Africana por ter organizado e acolhido a segunda reunião do CTE-CIRM sob o tema "Rumo à Entrada em Vigor do Acordo que Cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana e a sua Aplicação". Afirmou que a ONUDI saúda o progresso alcançado para a operacionalização da ZCLCA desde o seu lançamento em Março de 2018 em Kigali, Ruanda.

11. Observou que a implementação bem-sucedida da ZCLCA depende da existência de economias africanas que produzem bens e serviços que podem ser negociados entre si e fora das suas fronteiras. Observou ainda que vários elementos fulcrais relacionados com o desenvolvimento industrial devem ser levados em consideração incluindo a promoção da adição de valor, a melhoria dos quadros regulamentares (políticas industriais, e leis e regulamentos industriais) para o sucesso da ZCLCA.

12. Observou que o efeito multiplicador da indústria noutros sectores da economia destaca as ligações dinâmicas inerentes à Terceira Década Industrial para África (IDDA III) e a ZCLCA e, conseqüentemente, uma IDDA III bem-sucedida inevitavelmente terá um impacto positivo sobre a ZCLCA. Observou que outras actividades através das quais as parcerias globais da IDDA III podem contribuir para a implementação bem-sucedida da ZCLCA são a realização de diversas intervenções e influenciar todas as áreas visadas.

Discurso de S. Ex.^a Professor Victor Harrison, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana

13. No seu discurso, o Comissário para os Assuntos Económicos da UA, S. Exc.^a o Prof. Victor Harison, recordou que 2018 foi marcado de grandes conquistas tais como a conclusão e assinatura do Acordo que cria a ZCLCA, bem como a realização com êxito da Primeira Feira Comercial Intra-Africana (IATF).

14. O Prof. Harrison salientou que a integração é a única solução para que África se torne um continente emergente. A este respeito, a ZCLCA proporciona uma ocasião oportuna para os países africanos aumentarem a sua quota de bens manufacturados, que actualmente está em menos de 1% de bens manufacturados do mundo, através da industrialização e criação de cadeias de valor regionais e comércio mundial.

15. Para que a ZCLCA possa atender às suas expectativas na íntegra, os países africanos terão de assegurar a adopção de medidas de apoio e acompanhamento. Estas incluem, entre outros, medidas orientadas para o apoio ao sector produtivo. Além disso, os países africanos precisam de instituições financeiras viáveis como o Banco Africano de Investimentos, o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano, que estão previstos no Acto Constitutivo da União Africana. A este respeito, o Comissário dos Assuntos Económicos da UA instou os Estados-Membros da UA a acelerar a ratificação dos documentos jurídicos de base dessas três instituições a fim de permitir a sua entrada em vigor e, servir o propósito para o qual foram criadas. Além disso, há necessidade de prosseguir para a introdução de um sistema de pagamentos uniformizados em África, de forma a facilitar o comércio intra-africano. O Comércio

Intra-Africano é actualmente realizado em moeda estrangeira, e isto constitui um custo adicional para os comerciantes e consumidores. Um banco móvel que permite aos agricultores acederem ao capital, significa algo que África pode resolver.

16. Antes de concluir, o Prof. Victor Harison instou os países africanos a garantir que não percam a Revolução Industrial 4.0, como foi o caso das anteriores e que aproveitem as oportunidades oferecidas. A este respeito, lembrou que a Mauritânia conseguiu melhorar o registo civil que é crucial para fins de planificação do desenvolvimento económico através de tecnologias digitais.

Discurso proferido por S. Ex.^a Embaixador Albert Muchanga, Comissário para o Comércio e Indústria da Comissão da União Africana

17. No seu discurso, o Comissário felicitou a Mesa cessante pelo trabalho louvável e elogiou a nova Mesa do CTE na assunção das suas funções.

18. Destacou o trabalho a ser analisado pelos ministros que é decorrente do relatório da reunião de Altos Funcionários e observou que o relatório do CTE será analisado na próxima Cimeira dos Chefes de Estado. Tomou nota do trabalho em curso relativo à Estratégia sobre Produtos de Base e reiterou ainda a importância dos referidos produtos para as economias africanas, e o potencial efeito transformador da adição de valor desses produtos de base. No entanto, instou a conclusão célere do trabalho relativo à Estratégia sobre Produtos de Base.

19. Nos comentários sobre o tema da reunião, apresentou informação actualizada sobre o estado de ratificação da ZCLCA. Afirmou que actualmente há 16 ratificações em 2 categorias. Observou que na primeira categoria havia nove (9) Estados-membros da União Africana que haviam apresentado instrumentos de ratificação do Acordo da ZCLCA, nomeadamente: Quênia, Gana, Ruanda, Níger, Eswatini, Chade, Guiné, Costa do Marfim e Uganda. Na segunda categoria, as Assembleias Nacionais de sete Estados-membros da União Africana aprovaram ratificações do Acordo da ZCLCA, a saber: África do Sul, Serra Leoa, Mali, Namíbia, Congo; Togo e Mauritânia. Prevê-se que os instrumentos de ratificação desses sete Estados-membros sejam apresentados até Fevereiro de 2019 à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

20. Observou ainda a importância de 2 estratégias: a Estratégia sobre Facilitação do Comércio e a Estratégia sobre Pequenas e Médias Empresas que foram recomendadas para adopção pelos Altos Funcionários. Destacou o sucesso alcançado na implementação da Visão Africana de Mineração, bem como o trabalho em curso que visa a criação do AMDC. Concluiu realçando a importância de infra-estruturas favoráveis ao comércio e a advocacia para o desenvolvimento da parceria entre a União Africana e o Sector Privado, visando a conclusão do Projecto Emblemático da Rede de Comboio de Alta Velocidade.

Discurso de abertura proferido por S.Ex.^a Rakiya Eddarhem, Secretária de Estado do Comércio Externo do Reino de Marrocos

21. No seu discurso de abertura, S. Ex.^a Rakiya Eddarhem, Ministra Responsável pelo Comércio Externo do Reino de Marrocos começou por agradecer o seu

antecessor, o Presidente cessante do CTE-CIRM, S. Ex.^a Sadou Seydou, Ministro do Comércio e Promoção do Sector Privado da República do Níger, pelo trabalho realizado.

22. Além disso, manifestou a sua profunda gratidão ao Governo da República Federal Democrática da Etiópia pela calorosa recepção e hospitalidade e à Comissão da UA, em particular o Departamento de Comércio e Indústria, pelo trabalho preparatório conducente à 2^a Reunião do CTE-CIRM. A Ministra Eddarhem agradeceu igualmente aos Altos Funcionários pela alta qualidade das recomendações apresentadas aos Ministros para análise.

23. S. Ex.^a Eddarhem afirmou que o regresso do Marrocos à sua família institucional, a UA, foi impulsionado pelo seu compromisso e vontade de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do continente africano. Lembrou que ao longo da sua história, o Marrocos sempre foi impulsionado pela sua vocação em prol do continente africano. A participação do Marrocos na 2^a Reunião do CTE-CIRM e nos outros órgãos da UA é um testemunho de seu compromisso com a Visão, Estratégias e Acções da Organização Pan-africana.

24. A Ministra Eddarhem destacou a importância das questões a serem analisadas pela 2^a Reunião do CTE-CIRM e a qualidade das recomendações apresentadas para apreciação dos Ministros, o que ilustra perfeitamente o interesse e o compromisso dos países africanos na criação de bases para o desenvolvimento socioeconómico inclusivo em benefício do cidadão comum africano no âmbito das agendas globais, nomeadamente: a Agenda 2063 da UA e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

25. Antes de declarar a 2^a Reunião do CTE-CIRM oficialmente aberta, S.Ex.^a Eddarhem garantiu aos Estados-membros que, na qualidade de novo Presidente do CTE-CIRM, será impulsionada pelo interesse colectivo do continente e estará comprometida a trabalhar incansavelmente com vista a cumprir o mandato e as responsabilidades atribuídas ao CTE-CIRM.

PONTO 2 DA AGENDA: ELEIÇÃO DA MESA

26. A reunião elegeu a sua Mesa conforme abaixo indicado:

Presidente:	Marrocos (África do Norte)
1 ^o Vice-Presidente	Eswatini (África Austral)
2 ^o Vice-Presidente	Gabão (África Central)
3 ^o Vice-Presidente	Djibuti (África Oriental)
Relator Serra	Leoa (África Ocidental)

PONTO 3 DA AGENDA: ADOPÇÃO DA AGENDA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

27. A reunião adoptou a Agenda com emendas respeitantes à adição de um ponto sobre infra-estruturas relacionadas com o comércio. A Agenda revista consta do Anexo II.

PONTO 4 DA AGENDA: PAINEL DE DEBATE SOBRE O TEMA: "A ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO QUE CRIA A ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA E A SUA APLICAÇÃO

28. A Sessão do Painel de Alto Nível foi organizada para deliberar sobre o tema da reunião do CTE, ou seja, "Rumo à Entrada em Vigor do Acordo que Cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana e a sua Aplicação". O Painel que foi moderado pela Directora de Comércio e Indústria da CUA, a Sr.^a Treasure Maphanga, foi constituído da seguinte forma: S.Ex.^a Rakiya Eddarhem, Ministra de Estado para o Comércio Externo do Reino de Marrocos; S.Ex.^a Jean Marie Niyokindi, Ministro do Comércio, Indústria e Turismo da República do Burundi; Sr.^a Muluaem Syoum, Director Executivo da *Africa E- Commerce Development International*; S.Ex.^a Amr Kamel, Vice-presidente Executivo do *Business Development & Corporate Banking, Afreximbank*; Sr. Jonty Sandler, Director Executivo de Assessores Estratégicos Africanos e o Sr. John Makamure, Director Executivo da *Southern African Parliamentary Trust*.

29. Os membros do painel observaram a dinâmica para a ratificação do Acordo da ZCLCA e implorou o continente para desenvolver as suas capacidades industriais a fim de abastecer o mercado alargado. Observaram ainda a necessidade de melhorar os sistemas de pagamento no continente, com mais ênfase em potenciar as TIC através de plataformas digitais que visam impulsionar o comércio intra-africano.

30. O desenvolvimento de PME foi igualmente referido como um subsector muito importante que poderia aumentar o crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza. Dada a predominância das PME e das microempresas no sistema de produção do continente, os Estados-membros foram desafiados a fornecer a política necessária, apoio institucional e regulamentar para melhorar a sua sobrevivência e crescimento. Observou-se igualmente que, além dos desafios tradicionais de acesso ao financiamento, as PME necessitam igualmente de apoio para o acesso aos mercados, e inteligência de mercado bem como serviços de orientação empresarial.

31. Durante os debates abertos, surgiram as seguintes questões:

- (i) Houve necessidade de mobilizar todas as partes interessadas que incluíram a sociedade civil, o parlamento, os meios de comunicação social e o sector privado para garantir a apropriação do Acordo da ZCLCA de modo a reforçar a sua aplicação,
- (ii) As PME são um sector importante no continente e, portanto, deveriam beneficiar da ZCLCA se tivessem o apoio adequado dos Estados-membros e das instituições relevantes;
- (iii) Um dos membros do painel desenvolveu uma plataforma das PME baseada nas TIC que forneceu inteligência empresarial, orientação, ligação aos mercados para melhorar a viabilidade das PME, tendo o projecto reduzido o risco de conceder empréstimos a essas empresas até 50% do valor;
- (iv) Burundi e Marrocos forneceram boas referências sobre o apoio às PME que incluíram a existência de instituições dedicadas que lidam com

capacitação, financiamento, incubação empresarial com o apoio de políticas, quadros regulamentares e legislativos adequados;

- (v) No caso de instituições de Microfinanças Rurais do Burundi que concedem financiamento acessível, tinham a responsabilidade de apoiar as PME enquanto no caso de Marrocos as PME foram apoiadas através de uma Estratégia para o Sector das PME que também contou com uma janela de financiamento dedicada, prestando apoio com um mínimo de \$5000 até um máximo de \$15000 a essas instituições. No caso do Zimbabwe, o Banco Central tinha uma Estratégia de Inclusão Financeira para o período 2016-2022 que abrangia o apoio às PME e empreendedorismo das mulheres, tendo sido criado um Banco de Mulheres. A estratégia abrangia igualmente o apoio financeiro para a mineração artesanal;
- (vi) O *Afreximbank* tinha uma Estratégia de Comércio Intra-africano que estava ancorada em três princípios, nomeadamente: **Criar, Ligar e Fornecer**, com os seus programas e intervenções direccionados a essas três áreas;
- (vii) A este respeito o princípio **Criar** dá ênfase na adição de valor e melhoria da produção; o princípio **Ligar** enfatiza os mercados, sistemas de pagamento. Um exemplo disso foi a realização da IATF no Cairo, Egipto a 11 - 12 de Dezembro de 2018. O princípio **Fornecer** centrou-se na logística e distribuição;
- (viii) O apoio do *Afrixembank* às PME foi prestado através de instituições financeiras intermediárias, apoiando a prestação de soluções financeiras tais como a determinação da dívida;
- (ix) O *Afreximbabnk* estava a trabalhar num mecanismo de ajustamento da ZCLCA para apoiar os países a lidar com os custos do comércio livre. Isso seria modelado por meio do mecanismo anticíclico de produtos de base, um instrumento bem-sucedido da balança comercial oferecido em 2016 aos países que foram afectados negativamente pelas flutuações globais dos preços dos produtos de base no continente;
- (x) Desafiou os Estados-membros a trabalharem de forma conjunta para implementar a ZCLCA, removendo as tarifas, as barreiras não-tarifárias bem como simplificando as Regras de Origem (RdO) a fim de melhorar o comércio intra-africano e a integração económica.
- (xi) Os Estados-membros devem avançar com programas que visam reduzir a dependência das importações dos países extraterritoriais e dessa forma melhorar a inter-indústria, o comércio intra-regional e a terciarização dentro do continente visando o reforço da capacidade industrial orientada pelo impulso para a expansão da ideia: **“Made in Africa”**;
- (xii) As infra-estruturas materiais e imateriais foram consideradas fundamentais para o reforço da competitividade da indústria. Nestes termos, o Sistema Pan-africano Integrado de Comboio de Alta Velocidade foi considerado como sendo um projecto importante para melhorar a ligação e logística no continente africano.

32. O Painel da Sessão fez as seguintes observações e recomendações principais para implementação aos vários níveis dos Estados-membros, a nível regional e continental;

- (i) **Há necessidade de instituições e vontade política fortes para reforçar as perspectivas de implementação do Acordo da ZCLCA e os benefícios sociais e económicos correspondentes.**
- (ii) **África deve aproveitar os seus próprios recursos para impulsionar a sua transformação estrutural, o comércio e os esforços voltados ao desenvolvimento económico;**
- (iii) **Há necessidade de os Estados-membros trabalharem juntos no sentido de acelerar o comércio e a integração económica do continente;**
- (iv) **Há necessidade de maior envolvimento das partes interessadas, tendo em vista a apropriação de base ampla do processo de implementação da ZCLCA.**

33. No encerramento da Sessão do Painel, o Presidente agradeceu aos participantes pela sua disponibilidade e perspicácia profunda, observando que a sua implementação por todas as partes interessadas contribuirá para a concretização dos benefícios previstos no âmbito da ZCLCA.

PONTO 5 DA AGENDA: APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DOS ALTOS FUNCIONÁRIOS DO CTE-CIRM

34. O Relator da Reunião de Altos Funcionários apresentou o seu relatório aos Ministros. Os Ministros tomaram nota do relatório dos Altos funcionários do CTE-CIRM, tendo-os elogiado pelo trabalho realizado.

35. Após debates sobre os diversos aspectos levantados no Relatório apresentado à sua apreciação, os Ministros adoptaram as recomendações dos Altos Funcionários com algumas emendas. As recomendações são as seguintes:

A. RELATIVAMENTE AO PROJECTO DE ESTRATÉGIA DA UNIÃO AFRICANA SOBRE PRODUTOS DE BASE

- (i) Que mais consultas sejam realizadas para abordar as observações e recomendações feitas; e
- (ii) Que a Comissão organize uma reunião de peritos para analisar o Projecto de Documento de Estratégia sobre Produtos de Base e o seu Plano de Implementação, antes de serem apresentados à próxima Reunião do CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais para apreciação e adopção.

B. RELATIVAMENTE AO PROJECTO DE ESTRATÉGIA DA UNIÃO AFRICANA SOBRE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

- (i) Que seja organizada uma reunião conjunta entre o Subcomité da UA de Directores-gerais das Alfândegas e o Subcomité da ZCLCA para a Facilitação do Comércio, Cooperação Aduaneira e Trânsito, a fim de concluir a Modalidades de Implementação da Estratégia da União Africana sobre Facilitação do Comércio, antes da sua apreciação e adopção pelo Conselho Executivo e a Cimeira.

C. RELATIVAMENTE AO PROJECTO DE ESTRATÉGIA DA UNIÃO AFRICANA SOBRE PME

- (i) Adoptar a Estratégia da União Africana sobre PME;
- (ii) Criar uma Unidade de Coordenação de Implementação da Estratégia da União Africana sobre PME;
- (iii) Inaugurar um fórum anual da União Africana para as PME;

D. RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA ZONA DE COMÉRCIO CONTINENTAL AFRICANA

- (i) Que a Comissão da União Africana partilhe com os Estados-membros o Relatório de Actividades da ZCLCA actualizado em todas as línguas de trabalho da UA e as apresentações em *PowerPoint*;
- (ii) Que a Comissão da União Africana proponha um modelo para a elaboração de Estratégias Nacionais da ZCLCA aos Estados-membros;
- (iii) Que a Comissão da União Africana institucionalize o Fórum Anual das Partes Interessadas sobre a ZCLCA e proponha a realização de uma Estrutura de Diálogo Consultivo para o envolvimento das partes interessadas na ZCLCA;
- (iv) Que a Comissão da União Africana distribua cópias dos Anexos adoptados pela Cimeira da UA, de modo a facilitar a sua ratificação por parte dos Estados-Membros;

- (v) Que a Comissão da União Africana elabore um Roteiro de Implementação da ZCLCA para apreciação pelas suas instituições; e
- (vi) Que a Comissão da União Africana acelere a criação das Instituições da ZCLCA.

E. RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CENTRO AFRICANO PARA O DESENVOLVIMENTO MINEIRO (AMDC)

- (i) Os Estados-membros devem acelerar a ratificação do Estatuto do AMDC;
- (ii) O AMDC foi solicitado a trabalhar com as CER e os Estados-membros para harmonizar os códigos de mineração;
- (iii) O AMDC deve trabalhar com os Estados-membros para desenvolver sistemas de base de dados geológicos;
- (iv) O AMDC deve facilitar a capacitação sobre Geo-ICT;
- (v) Há necessidade de o AMDC abordar o fácil acesso geográfico dos seus serviços por parte dos Estados-membros.

F. RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA VISÃO AFRICANA DE MINERAÇÃO (AMV)

- (i) Que o projecto de Quadro Africano de Governação Mineral, o Pacto do Sector Privado e a Estratégia para os Sistemas de Informação Geológica e Mineral sejam adoptados;
- (ii) Que os Estados-membros criem mecanismos para efeitos de mobilização de recursos e financiamento do desenvolvimento dos recursos minerais e a Comissão deve explorar mecanismos para a criação do Fundo de Desenvolvimento de Minerais.

G. RELATIVAMENTE À IDENTIDADE DIGITAL E A ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA

- (i) Os dez Princípios do Quadro sobre a Boa Identidade Digital e Economia Digital devem ser adoptados, e que a CUA e a UNECA trabalhem em torno da sua subsequente elaboração para serem apresentados aos Órgãos Deliberativos da UA;
- (ii) A CUA, em parceria com a UNECA e outras partes interessadas, deve elaborar uma Estratégia Digital abrangente para facilitar a transformação económica de África e a implementação da ZCLCA;
- (iii) A CUA, em parceria com a UNECA e outras partes interessadas, deve trabalhar no apoio técnico aos Estados-membros na elaboração de documentos jurídicos relevantes para a governação da Identidade Digital e Economia Digital

PONTO 6 DA AGENDA: INFRA-ESTRUTURAS RELACIONADAS COM O COMÉRCIO

36. O Presidente dos Assessores Estratégicos Africanos, um Instituto de Investigação e Reflexão, informou a reunião que realizou uma pesquisa sobre a melhor estratégia para infra-estruturas integradas a nível continental.

37. O orador informou a reunião que os Assessores Estratégicos Africanos sugeriram um novo modelo para o financiamento e implementação do projecto de infra-estruturas em África, tal como o Projecto Integrado de Comboio de Alta Velocidade. Tem como objectivo final a emancipação económica de África. Os delegados observaram que a NEPAD contratou uma empresa para realizar um estudo de pré-viabilidade designado a analisar a proposta africana para a implementação do Projecto de Comboio de Alta Velocidade, que constituirá a base do futuro compromisso com o Governo da China.

38. O orador elogiou fortemente a UA pelo marco significativo do lançamento da ZCLCA e sugeriu que este impulso político poderia ser aproveitado para acelerar a implementação de outros projectos emblemáticos da Agenda 2063, tais como o Projecto Integrado de Comboio de Alta Velocidade.

39. Nos debates que seguiram a apresentação, a reunião observou a importância das infra-estruturas relacionadas com o comércio para o continente. A reunião observou a importância de Projectos de Parceria Público-privadas para colmatar as lacunas infra-estruturais de África. A reunião exprimiu apreço por uma série de acções colaborativas similares entre a CUA e o sector privado, tal como o Mecanismo de Ajustamento e a Plataforma Pan-Africana de Sistemas de Pagamento com o Afreximbank.

40. Após os debates, a reunião recomendou que a Comissão da União Africana deve:

- (i) Develop of a concept paper on financing of the High speed Integrated Train Network with clear objectives, result areas, and timelines for the consideration of the STC with a view to fast-tracking the implementing of the AfCFTA Agreement, as well as encouraging private sector participation in trade-related infrastructure.

PONTO 7 DA AGENDA: APRECIÇÃO DO PROJECTO DE DECLARAÇÃO MINISTERIAL DA 2ª REUNIÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA O COMÉRCIO, INDÚSTRIA E RECURSOS MINERAIS

41. A Reunião analisou o seu relatório e adoptou-o com emendas. O mesmo consta do presente Relatório como ANEXO III.

PONTO 8 DA AGENDA: DIVERSOS

42. No Ponto referente aos Diversos, a reunião analisou as seguintes questões:

- a. Convocação de uma Sessão Extraordinária do CTE-CIRM para proceder à análise do Projecto de Estratégias e quaisquer outros documentos relevantes. A este respeito, a reunião solicitou a CUA para garantir que os Estados-membros sejam fornecidos atempadamente documentos a serem analisados.

PONTO 9 DA AGENDA: ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO MINISTERIAL DO CTE-CIRM

43. A Reunião analisou o seu relatório e adoptou-o com emendas.

PONTO 10 DA AGENDA: ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

44. No seu discurso de encerramento, o Comissário para o Comércio e Indústria da Comissão da União Africana, S.Ex.^a Embaixador Albert Muchanga, agradeceu aos Ministros pelo seu trabalho durante a sua Segunda Reunião do CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais. Reiterou o apoio da Comissão ao seu trabalho, incluindo o trabalho a ser realizado com a Mesa do CTE sobre a questão da criação de Subcomités. Desejou-os boa viagem de regresso às suas respectivas Capitais.

45. No seu discurso de encerramento, a Presidente da reunião, S.Ex.^a Rakiya Eddarhem, Secretária de Estado para o Comércio Externo do Reino de Marrocos, apresentou o seu resumo dos resultados principais do CTE. Destacou o trabalho pendente e solicitou a CUA para que comece a preparar-se para concluir o referido trabalho. Agradeceu aos Ministros pelo seu trabalho diligente durante o CTE antes de declarar a reunião oficialmente encerrada.

ANEXO I:
LISTA DE PARTICIPANTES

ANEXO II:
**AGENDA DA SESSÃO MINISTERIAL DO CTE DE COMÉRCIO,
INDÚSTRIA E RECURSOS MINERAIS**

1. Acreditação.
2. Abertura da Reunião de Ministros.
3. Eleição da Mesa.
4. Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos.
5. Painel de Debate sobre o Tema do CTE-CIRM.
6. Apreciação do Relatório de Altos Funcionários do CTE-CIRM.
7. Infra-estruturas relacionadas com o Comércio.
8. Apreciação do Projecto de Declaração Ministerial do CTE-CIRM.
9. Diversos.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

**2.^a SESSÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO
DOS MINISTROS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA
E RECURSOS MINERAIS
8 - 12 DE JANEIRO DE 2019**

ORIGINAL: INGLÊS

DECLARAÇÃO FINAL

**DECLARAÇÃO FINAL DA 2.^a SESSÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO
DOS MINISTROS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA
E RECURSOS MINERAIS, 11- 12 DE JANEIRO DE 2019**

NÓS, os Ministros de Comércio, Indústria e Recursos Minerais da União Africana (UA), reunidos na nossa 2.^a Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado dos Ministros de Comércio, Indústria e Recursos Minerais sob o tema: *“Rumo à Entrada em Vigor do Acordo que Cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana e a sua Aplicação”*;

SAUDANDO o papel da Comissão da União Africana na coordenação das negociações sobre a ZCLCA que culminaram com a assinatura bem-sucedida do Acordo que Cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana [ZCLCA] em Março de 2018 durante a Cimeira Extraordinária da UA em Kigali, bem como os progressos significativos alcançados na ratificação do Acordo;

DESTACANDO a importância de garantir a conclusão bem-sucedida dos elementos pendentes da 1.^a e 2.^a Fases das negociações sobre a ZCLCA;

DESTACANDO AINDA a importância da diversificação económica e industrialização para a sustentabilidade da ZCLCA;

LEMBRANDO a Estratégia para a Implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA) que foi adoptada durante a 18.^a Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Indústria (CAMI) em Durban, África do Sul em Outubro de 2008; o Plano de Acção para a Promoção do Comércio Intra-africano que foi aprovado pela Conferência dos Ministros Africanos do Comércio (CAMOT) em 2012, bem como a Visão Africana de Mineração que foi adoptada em 2009;

ELOGIANDO os progressos significativos alcançados até agora na implementação destas estratégias à luz dos objectivos finais da Agenda 2063 de África;

CIENTES das contribuições que as sinergias entre os sectores económicos de África podem fazer para o alcance do rápido desenvolvimento, a promoção do crescimento económico sustentável e o alcance dos objectivos da Agenda 2063 de África, bem como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

RECONHECEMOS o elevado potencial de crescimento rápido das PME em África e o seu enorme potencial para a criação de emprego para as mulheres e os jovens, bem como a redução da migração ilegal e a erradicação da pobreza;

CIENTES da importância da Terceira Década do Desenvolvimento Industrial de África (IDDA3), como uma iniciativa mundial para melhorar a implementação do Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), a fim de consolidar a transformação no continente. Reconhecendo a colaboração da ONUDI, UNECA, Afreximbank e outros parceiros estratégicos no sentido de implementar programas destinados a melhorar a capacidade industrial e comercial do continente, bem como a implementação da ZCLCA.

PELO PRESENTE:

1. **REAFIRMAMOS** o nosso compromisso para a conclusão de todas as fases pendentes das negociações sobre a ZCLCA, o reforço e a diversificação das capacidades produtivas das nossas economias, através do acréscimo de valor e transformação de matérias-primas, bem como o desenvolvimento de um sector de serviços competitivo visando o reforço da posição competitiva de África na economia global;
2. **REITERAMOS O NOSSO COMPROMISSO** para o alcance dos objectivos preconizados nos vários programas e projectos de desenvolvimento de Comércio, Indústria e Mineração contidos na BIAT, AIDA e AMV;
3. **APROVAMOS** a Estratégia da União Africana para o Desenvolvimento das PME em África;
4. **APROVAMOS** a Estratégia sobre Sistemas de Informação Geológica e Mineral (GMIS);
5. **APROVAMOS** o Quadro Africano de Governação Mineral (AMGF);
6. **APROVAMOS** o Pacto do Sector Privado relativo à Visão Africana de Mineração;
7. **SOLICITAMOS** a Comissão da União Africana (CUA), em colaboração com todas as outras partes interessadas a concluir o trabalho referente às Estratégias da União Africana sobre Produtos de Base e Felicitação do Comércio e apresentá-las à próxima Reunião do nosso CTE.
8. **CONVIDAMOS** as Comunidades Económicas Regionais (CER) a alinhar os seus Planos de Acção às Estratégias da UA, e tomar as medidas apropriadas para operacionalizar a sua implementação conforme mandatado pela Conferência da UA;
9. **SOLICITAMOS** a CUA a elaborar outras Estratégias que visem promover o trabalho nos sectores do comércio, indústria e minerais;
10. **REITERAMOS** o nosso compromisso de promover maior adição de valor aos Produtos de Base, através do desenvolvimento das cadeias de valor inerentes à mineração, agro-negócios e agro-indústrias;
11. **EXORTAMOS** os Estados-membros a acelerar o processo de ratificação do Acordo que Cria a ZCLCA;
12. **EXORTAMOS** os Estados-membros a acelerar o processo de ratificação do Estatuto sobre a criação do Centro Africano para o Desenvolvimento Mineiro;
13. **INSTAMOS** a Comissão da União Africana, em colaboração com os Estados-membros, a trabalhar com os parceiros técnicos no sentido de envolver todas as partes interessadas principais, tais como Parlamentos, a Sociedade Civil e o

Sector Privado, com vista a criar um grupo de apoio à ZCLCA para efeitos de melhoria da apropriação e inclusão, tendo em vista melhorar as perspectivas para a implementação eficaz do Acordo.

14. **INSTAMOS** os Estados-membros a criar e reforçar a capacidade de todas as instituições estratégicas envolvidas na governação do comércio e indústria, a fim de melhorar a eficiência na implementação do Acordo da ZCLCA.
15. **TOMAMOS NOTA** das iniciativas sobre comércio digital e afins no continente, tais como a Identidade Digital liderada pela CUA, a UNECA e a Plataforma Africana de Comércio Electrónico, que têm o potencial de contribuir para a promoção do comércio intra-africano e a transformação de África, bem como os Dez Princípios-Quadro da Boa Identidade Digital.
16. **RECOMENDAMOS** aos relevantes Órgãos Deliberativos da UA, a adopção da Decisão da Cimeira sobre a necessidade de uma abordagem continental para a criação de plataformas de identidade digital em toda a África relativamente aos Dez Princípios-Quadro da Boa Identidade Digital como base para os requisitos mínimos;
17. **MANDATAMOS** a CUA, em colaboração com os Estados-membros da UA, a UNECA e todas as partes interessadas relevantes, a elaborar uma Estratégia da UA sobre Comércio Digital e Economia Digital abrangente para permitir que os países africanos possam beneficiar plenamente da 4ª Revolução Industrial, facilitar a implementação da ZCLCA e, em última instância, a transformação económica e estrutural de África.
18. **INSTAMOS** a CUA e os Estados-membros a explorar mecanismos designados a mobilizar financiamento para o desenvolvimento das PME no continente e explorar a elaboração de instrumentos inovadores tais como serviços de desenvolvimento empresarial, a fim de melhorar o acesso ao financiamento e aos mercados, tendo em vista promover a sobrevivência e a viabilidade das PME.
19. **EXORTAMOS** os Estados-membros a adoptar mecanismos para a mobilização de recursos internos e financiamento do Desenvolvimento de Recursos Minerais, e que a CUA explore mecanismos para a criação do Fundo para o Desenvolvimento Mineiro.
20. **INSTAMOS** a cooperação contínua entre a CUA e o *Afreximbank*, bem como outros parceiros financeiros, rumo ao financiamento da Agenda de Comércio e Indústria da União Africana;
21. **SAUDAMOS** a Plataforma Pan-africana de Pagamentos do *Afreximbank*, como uma iniciativa importante para Promover o Comércio Intra-Africano e **SOLICITAMOS** o *Afreximbank* a acelerar a sua implementação e incentivar iniciativas similares;
22. **RECONHECEMOS** a importância contínua do envolvimento do sector privado na concretização da Agenda de desenvolvimento comercial e industrial do

continente, e acolhemos o Comité Pan-africano de Comércio e Investimentos (PAFTRAC), como uma plataforma liderada pelo sector privado para a consolidação e advocacia da posição do sector privado africano em torno de questões de comércio e investimentos no continente;

23. **INSTAMOS** a CUA a elaborar um programa de trabalho sobre a Iniciativa Presidencial de Moda como uma iniciativa para a promoção da Cadeia de Valor da Moda Africana, como ferramenta para a criação de empregos e riquezas nas economias africanas;
24. **FELICITAMOS** o Governo do Egipto, por ocasião da realização com êxito da Primeira Feira Intra-África, co-organizada pela União Africana, o *Afreximbank* e o Governo do Egipto, realizada em Cairo, Egipto, de 11 a 17 de Dezembro de 2018;
25. **FELICITAMOS AINDA** o Governo do Ruanda, por ocasião da sua vitória na candidatura para acolher a 2ª edição da Feira Intra-África, a ter lugar em 2020, e que será co-organizada pelo *Afreximbank* e a Comissão da União Africana;
26. **SOLICITAMOS** a CUA, em colaboração com os Estados-membros, s Comunidades Económicas Regionais a implementar esta Declaração e apresentar um relatório de actividades ao CTE de Comércio, Indústria e Desenvolvimento de Recursos Minerais.

Adoptado em 12 de Janeiro de 2019, em Adis Abeba,

2019-02-07

Report of the 2nd ordinary session of the STC on Trade, Industry and Minerals, 08-12 January 2019, Addis Ababa, Ethiopia

Africa Union

African Union

<https://archives.au.int/handle/123456789/6536>

Downloaded from African Union Common Repository